

# Cachaça: nicho de mercado ou alternativa estratégica?

*Cachaça: niche of market or strategic alternative?*

Cesar Augusto Oller do Nascimento\*



## Resumo

O presente artigo pretende examinar a situação atual do setor de produção da aguardente de cana - a cachaça brasileira -, tendo em vista a perspectiva de geração de emprego e renda que este segmento pode gerar, considerando sua inserção na nova relação entre o urbano e o rural, os programas atualmente em vigência em nível estadual e federal e as contradições que esses programas carregam consigo.

Palavras-chave: **Cachaça. Economia Rural-Urbana. Políticas Públicas**

## Abstract

This article aims to examine the production sector of the sugar cane liquor - the Brazilian white rum, from the perspective of job positions and the income that this segment can create. It analyzes the insertion in the new relationship between the urban and the rural, the programs that now are valid in state and federal level and the contradictions that those programs carry with itself.

Keywords: **White rum. Urban economy. Public politics**

## Introdução

Como o próprio título do presente artigo sugere, sua questão central é a de saber se a produção de aguardente de cana (a brasileiríssima **cachaça**) representa apenas um subproduto - hoje primo pobre do setor sucro-alcooleiro, centrado na produção de açúcar e álcool e avançando na direção de outros produtos deles derivados, como a sucro-química, a álcool-química, a co-geração de energia e a indústria de papel e celulose -, ocupando nichos de mercado de forma secundária e subalterna, ou se este produto poderá consolidar sua posição, tornando-se um ramo importante da economia sucro-alcooleira, de modo a se criar uma **economia da cachaça** no Brasil.

Desde que, entre 1532 e 1548, em um engenho da Capitania de São Vicente, se descobriu o vinho de cana-de-açúcar, a **garapa azeda**, caldo originário dos tachos de rapadura, alimento exposto em cochos de madeira para os animais e que passou a ser dado como

bebida para os escravos dos engenhos de açúcar, sendo então denominada, ainda sob a forma de vinho, como **cagaça**, transformando-se, ao ser destilado, na atual **cachaça**, seu desenvolvimento sofreu um permanente processo de idas e vindas no qual a questão da tecnologia de produção representava, quase invariavelmente, o menor problema (1).

Utilizados como moeda corrente para a compra de escravos na África, muitos engenhos passaram a dividir sua produção entre o açúcar e a **cachaça**, a qual passou a ocupar um importante papel na economia escravista da Colônia até metade do século XVII, multiplicando-se nos engenhos as “**casas de cozer méis**” (2).

Desde o século XVII a produção e o consumo da **cachaça** no mercado interno feriam os interesses dos produtores de vinho e bagaceira portuguesa - aguardente destilada do mosto da uva -, os quais pressionavam a Corte portuguesa no sentido de proibir a produção, comercialização e consumo da **cachaça**, sobretudo

\* Professor de Ciências Políticas e Políticas Públicas da Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP (1986-1990); consultor de Planejamento Ambiental, Planejamento Regional, Planejamento Urbano e Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira para organismos públicos e empresas privadas desde 1973. Aassessor de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia. E-mail: carfalon@terra.com.br

após a descoberta de ouro nas Minas Gerais, sendo o produto finalmente taxado, o que representou uma das principais fontes de recursos para a reconstrução da cidade de Lisboa, após o terremoto de 1755, ou para a manutenção das faculdades de nível superior existentes em Portugal.

A repressão ou a taxação à **cachaça** transformou-a, no período dos movimentos pela independência do Brasil – entre os quais se destacam a Inconfidência Mineira e a Confederação do Equador – em um símbolo de resistência à dominação portuguesa. Esta simbologia começou a romper a barreira de preconceitos que a nossa aguardente sofria por parte da elite cultural e das classes economicamente dominantes no Brasil, passando esse produto da cana a ter suas técnicas de produção e envelhecimento aprimoradas e se tornando uma bebida de caráter nacional.

O avanço da economia cafeeira, contudo, implantou no país um preconceito e desprezo por tudo aquilo que fosse produzido dentro de nossas fronteiras, atingindo, evidentemente, de forma acentuada, um produto que não apenas era fabricado no Brasil, mas era dele oriundo e nele se criara e desenvolvera – a nossa **cachaça**.

A retomada, particularmente em São Paulo, da economia canavieira, por parte das grandes e hoje tradicionais famílias de imigrantes italianos, quer na região de Piracicaba – como os Ometto – quer na região de Ribeirão Preto – como os Biaggi –, teve na produção da aguardente de cana o seu ponto inicial: o primeiro investimento industrial desses atuais grandes grupos econômicos centrou-se na instalação e/ou compra de moendas e alambiques voltados para a moagem e posterior destilação da cana-de-açúcar.

Ainda que, evidentemente, o objetivo maior desses empreendedores fosse a produção do açúcar – na medida em que esta se encontrava regulada por concessões de cotas fornecidas pelo Estado brasileiro, as quais beneficiavam, antes de tudo, os tradicionais produtores dos estados do Nordeste e as famílias mais tradicionais, oriundas, muitas delas, da produção cafeeira –, para poderem dar início a seu crescimento empresarial eles começaram produzindo a tradicional **cachaça**.

A partir da década de 30 e mais particularmente a partir dos anos 50 do século XX iniciou-se um processo, sempre relativamente tímido, de ruptura daquele preconceito cultural contra as coisas brasileiras, dentre as quais a **cachaça**, a qual começou a marcar presença pelo mundo afora, em especial na Europa, como a

bebida de acompanhamento ideal para a feijoada – prato este marcado também por preconceitos das mais variadas espécies desenvolvidos pelas elites brasileiras –, particularmente misturada com limão e açúcar, sob a forma da hoje mundialmente famosa **caipirinha**.

O desenvolvimento do PROALCOOL levou a que muitas empresas ligadas ao setor sucro-alcooleiro, voltadas para o segmento de produção da **cachaça**, o abandonassem, deslocando sua produção para o álcool carburante – hidratado ou anidro –, como é o caso da Destilaria COLOMBO, em São Paulo, que praticamente desativou sua produção de aguardente.

Outras empresas, contudo, como é o caso da Engarrafadora PITU, de Pernambuco, entraram na produção desses tipos de álcool, porém a abandonaram mais tarde, focando sua estratégia na produção da **cachaça**.

É, porém, a década de 1990 aquela que irá, na história recente deste produto, requalificar estratégias e implementar políticas mais gerais para esse segmento econômico. Tal é, pois, o objeto central do presente artigo.

A cachaça e os novos conceitos da economia rural

Refletir sobre o segmento de produção da aguardente de cana, a **cachaça**, passa, necessariamente, por analisar alguns conceitos que a economia rural vem desenvolvendo – e empiricamente observando – em diferentes regiões e países pelo mundo afora.

Tais conceitos, evidentemente, acabam por evocar, direta ou indiretamente, algumas questões que se encontram presentes em qualquer tipo de análise ligada às Ciências Sociais – e não só a elas – a partir das últimas três décadas do século XX, tais como globalização, pós-fordismo, pluriatividade, tempo parcial de trabalho, localismo-regionalismo, aumento de tempo de lazer, desespecialização etc.

Ainda que não se constitua em objeto do presente artigo a análise de tais conceitos, estes se encontram como pano de fundo das reflexões que se há de fazer em relação ao nosso tema central, o da existência ou não, no Brasil, de uma economia da **cachaça**, comparável a uma economia do vinho (França, Portugal, Espanha, Itália) da cerveja (República Tcheca, Bélgica, Alemanha, do whisky (Escócia) ou do “bourbon” (sul dos Estados Unidos).

Nesse sentido, uma primeira questão específica diz respeito à relação entre economia global e economia local ou regional. Segundo Bonano, Marsden e Silva (3), há autores que “vêm a eliminação de barreiras para

a livre circulação de mercadorias, capital e trabalho” enquanto “outras concepções da globalização partem da consideração de que o comércio internacional é apenas um dos elementos indicadores do processo e enfatizam o processo de reorganização da produção e do consumo como a componente chave que move a globalização. Apesar dessas análises variarem muito em termos de suas características analíticas, todas elas reafirmam que tem havido uma reorganização do espaço das relações sociais, o que tem provocado impactos importantes tanto na produção como no consumo, bem como sobre as esferas culturais e políticas” (1999 : 341/342).

Como contraponto, ainda que não como contraposição à idéia de globalização, Diamanti (4) discute o conceito de localismo, o qual, segundo ele, é um conceito “que se tornou, nos últimos anos, um termo familiar tanto na linguagem científica quanto na comum”. Discutindo uma série de definições alternativas ao termo, este autor aponta alguns parâmetros para uma conceituação mais precisa do localismo: primeiro, sua relação entre sociedade e território, relação esta definida por uma dada especificidade histórica, econômica, cultural e política de cada localidade ou região; segundo, a relação entre o local e os âmbitos territoriais “superiores” como a região, a nação, os blocos econômicos, os continentes ou o mundo em sua totalidade.

Para examinar-se, retomando o tema objeto do presente artigo, a questão da existência de uma **economia da cachaça** no Brasil, há que se levar em conta a existência destes dois grandes paradigmas que se desenvolveram nas últimas décadas do século XX e que parecem perpetuar-se neste início do século XXI: de um lado, a tentativa de abertura e conquista de uma fatia do mercado global para o produto; de outro lado, o reforço das tradições locais ligadas diretamente à produção e história da cachaça, como se verá adiante.

Um outro conjunto de questões teóricas que devem estar referenciadas ao tema central do artigo diz respeito à delimitação entre os espaços urbanos e rurais, à pluriatividade e ao trabalho parcial.

No caso da relação entre espaços urbanos e rurais, Mingione e Pugliese (5) observam que “as fronteiras entre o rural e o urbano sempre foram mal definidas e que, por isso, a representação clássica baseada na dicotomia contribuiu, de fato, para ocultar fenômenos sociológicos relevantes” (...) “a realidade do desenvolvimento da agricultura capitalista e da industrialização rural foi sempre mais complexa e

articulada do que a aceitação da dicotomia deixa supor” (1987: 86/87).

Seguem ainda estes autores observando que “a experiência da industrialização em zonas rurais vem demonstrar que a utilização da identificação clássica de indústria com cidade é controversa e imprecisa” (...) “as indústrias a domicílio, a industrialização difusa (não urbanizada e com fracos efeitos de urbanização) constituem características específicas do processo de desenvolvimento capitalista que surgem com força em determinadas regiões (em Itália, a chamada” *Terceira Itália* “, em determinadas fases do desenvolvimento (incluindo a fase mais recente de maturidade do capitalismo) e em alguns setores capitalistas (ligados a bens de consumo, processos de produção, tecnologias etc.)” (1987: 87).

As questões da pluriatividade e do trabalho em tempo parcial encontram-se diretamente relacionadas a esta fronteira imprecisa entre o rural e o urbano. Kageyama (6) observa que “o fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões” rurais “dando lugar aos” empregos múltiplos “(as aspas são da autora) e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial” (1998 : 516).

A autora afirma, ainda, que “os dois fenômenos não podem ser totalmente superpostos: o tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é 000000condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Mais ainda:” é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa “(1998 :.517)”.

Examinando a questão da agricultura em tempo parcial, mostra a autora que o debate sobre o tema apresenta dois consensos: “que a unidade de análise relevante é a família ou o estabelecimento familiar e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países” ( 1998: 518).

Comparando a produção açucareira e a cafeeira, Marighella (7) observa que “é manifesta a superioridade da usina de açúcar sobre a fazenda de café como empreendimento capitalista. Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita,

como o fazendeiro de café, ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar, antes de tudo, emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida, a condição de industrial, como veremos, não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria. Como empreendimento capitalista, a usina exige o trabalhador assalariado, independente dos meios de produção, apto a alugar sua força de trabalho” (1980: 33/34).

Esta descrição é suficiente para apontar algumas características específicas do setor sucro alcooleiro – no qual se insere o sistema de produção da aguardente de cana - as quais confirmam as afirmações de Mingione e Pugliese acima citadas: a produção de aguardente, açúcar ou álcool de cana representam um exemplo bastante claro – e histórico da imprecisão entre as fronteiras do rural e do urbano, uma vez que nela se observam atividades econômicas que a tradição dualista separa como rurais e urbanas.

Mais do que isto: a produção sucro alcooleira apresenta-se como um dos exemplos mais acabados de auto-sustentação econômica, uma vez que o ponto de início de sua cadeia produtiva pode ser utilizado como ponto final: o plantio da cana é feito utilizando-se a fertirrigação do vinhoto produzido em seu esmagamento; seu bagaço transforma-se na energia que move suas moendas e suas usinas e destilarias; o álcool é o combustível que move suas máquinas agrícolas e seus caminhões de transporte, e assim sucessivamente.

Ainda, no quadro das questões da pluriatividade e do trabalho parcial, as características específicas do setor o transformam, também, em um exemplo histórico da presença de ambas estas relações: a sazonalidade de sua safra conduziu à formação de uma mão-de-obra - o denominado *volante* ou *bóia fria* - que, enquanto trabalhador rural, desempenhava suas funções apenas em parte do ano, sendo obrigado a realizar outras atividades – na maior parte das vezes ligadas a tarefas urbanas informais ou em suas pequenas propriedades rurais, quando existentes - na outra parte do tempo.

Do ponto de vista do empresário usineiro ou produtor de cana-de-açúcar ocorre processo similar - em geral, qualquer seja seu porte – acabam por exercer outras atividades que não apenas a agrícola ou a industrial, atuando em diversos tipos de serviços

voltados para o desenvolvimento das unidades produtivas básicas ou prestando serviços a terceiros.

É, pois, dentro desse quadro mais geral, que se pretende descrever, resumidamente, a situação atual do setor de produção e comercialização da **cachaça** no Brasil e seus principais problemas.

## O Setor de Produção e Comercialização da Cachaça no Brasil na Década de 1990

O setor produtivo da aguardente de cana brasileira integra-se, evidentemente, em um setor mais amplo representado pelo segmento da agro indústria sucro alcooleira (exceto aguardente de cana), que, em 2000, produziu, por um conjunto de mais de 60.000 empresas agrícolas, em cerca de 9.770 mil hectares de terra, um total de 313.865 mil toneladas de cana fabricando 19.230 mil toneladas de açúcar e 12.640 milhões de litros de álcool anidro e hidratado, produção esta realizada por 310 unidades industriais, empregando diretamente cerca de 343 mil funcionários por todo o País, com um faturamento, em 1998, de cerca de R\$ 5,1 bilhões(8).

Já o segmento produtor e engarrafador de aguardente de cana, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Bebidas – a ABRABE, produziu cerca de 1,3 bilhão de litros de aguardente, correspondendo a um faturamento total de cerca de R\$ um bilhão. Da sua produção total, cerca de 500 milhões de litros foram produzidos por alambiques ou destilarias domésticas, espalhadas por praticamente todo o interior e litoral do país. Ao denominar-se, no início do presente artigo, o segmento de produção da aguardente de cana como o “primo pobre” do setor sucro alcooleiro, baseou-se tal assertiva na comparação de alguns dos indicadores econômicos acima citados.

Esta diferença de produção aponta para uma característica específica da estrutura deste segmento no Brasil: a denominada produção formal e legalizada concentra-se em algumas poucas dezenas ou, talvez, pouco mais de uma centena de unidades produtivas, enquanto o restante é formado por mais de 30.000 pequenas destilarias ou alambiques domésticos.

Dentre as maiores empresas produtoras e/ou engarrafadoras de cachaça no país destacam-se a Engarrafadora Pitu S/A, de Pernambuco, produtora da cachaça do mesmo nome e considerada a líder no setor; as Indústrias Reunidas de Bebidas – IRB, de São Paulo, produtora das marcas Tatuzinho, Velho Barreiro e Três Fazendas; o Grupo YPIOCA, do Ceará,

produtor da cachaça do mesmo nome; a Carmignani S/A, produtora da caninha Cavalinho; a Indústrias Muller de Bebidas S/A, produtora da marca caninha 51; Fazenda Soledade, produtora da marca Nega Fulo; SEAGRAMS do Brasil, detentora da marca São Francisco.

Estes dois segmentos - o das grandes empresas nacionais e/ou internacionais - e o dos pequenos alambiques, destilarias e engarrafadoras domésticas envolveram-se, no decorrer da década de 1990, na elaboração de Programas Governamentais voltados para a busca de uma estratégia de avanço do setor, **os quais, contudo, parecem avançar em sentidos contrários e conflitantes.**

Em 1992, um conjunto de pequenos produtores de cachaça de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais resolveram, buscando apoio junto ao governo estadual, iniciar um processo organizativo, fundando a **Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade - a AMPAQ**, seguindo-se, por parte do governo estadual, a criação e implantação de um Programa de Desenvolvimento do produto, denominado **Pró-Cachaça** e o estabelecimento de um **Fundo de Valorização da Cachaça de Minas**, os quais têm como objetivos, o primeiro “estabelecer normas de certificação de identidade, qualidade e origem da Cachaça de Minas e executar o controle e fiscalização da produção relativamente às empresas que aderirem ao Programa”, enquanto o Fundo visaria “financiar as ações e projetos de desenvolvimento de associações, cooperativas e regiões de produção; de promoção da qualidade da bebida e de marketing da Cachaça de Minas” (9).

Ao lado desse projeto, a AMPAQ incentivou a formação, sob o sistema de franquia, de rede de estabelecimentos varejistas - bares - especializados na venda direta das cachaças produzidas por seus associados, criando-se uma denominação específica para estes estabelecimentos - as cachaçarias - a exemplo do que existe tradicionalmente em relação à cerveja - as cervejarias - ou os vinhos na França - os *bar à vins*.

Ao mesmo tempo, a AMPAQ estabeleceu, como uma das metas de seu Plano Diretor, a criação de um Roteiro Turístico da Cachaça cujo objetivo, como afirmam Silva, Vilarinho e Dale (10), “é levar o apreciador da cachaça a se inteirar do processo artesanal de produção da cachaça de qualidade. As fazendas – aqui entendidas como fazendas hotéis, uma vez que mantêm sua exploração agrícola tradicional

– seriam classificadas em **nós de cana** (grifo nosso), uma referência às estrelas que indicam a categoria dos hotéis tradicionais. Em 1996 foi feita uma primeira viagem experimental, denominada Roteiro Metropolitano - saindo de Belo Horizonte e passando por Sabará, Caeté, Nova União, Santa Bárbara e Barão de Cocais”.

Fernandes Fo., Campos e Oliveira(11) apontam para outro programa desenvolvido, também, pelo governo de Minas Gerais e complementar ao Pró-Cachaça representado pelo Projeto Selo Azul, o qual “visa retirar da clandestinidade a agroindústria artesanal mineira. Este projeto tem como objetivo promover a normatização, certificação e garantia de qualidade da produção artesanal dos produtos, como cachaça, lingüiça, queijo e doces, os quais são arraigados na tradição mineira, aumentando o valor da produção e reduzindo custos (Revista Globo Rural, maio de 1999)”.

Um indicador de resultados da implementação do Pró Cachaça em Minas Gerais pode, ainda, ser observado no citado artigo de Fernandes, Campos e Oliveira, quando estes verificam o crescimento quer do número de informantes, quer da quantidade produzida, quer do valor agregado à produção das pequenas unidades agrícolas no Estado de Minas Gerais, entre 1985 e 1995/96, em função da produção de aguardente nessas propriedades.

Entre 1985 e 1995/96, o número de informantes passa de 3598, produzindo 14.557 mil litros de cachaça, para 8466, produzindo 44.665 mil litros desse produto. Examinando o valor agregado à renda média das propriedades no Estado, os dados do Censo Agropecuário da FIBGE de 1995/96 analisados por esses autores mostram que a aguardente de cana é aquela que mais agrega valor médio à renda das propriedades - R\$ 2.354,00, sendo seguida pela produção de Queijo e Requeijão (R\$ 1975,67) e de doce de leite (R\$ 1681,00). Ainda, ao analisarem as agregações de rendas por meso regiões do Estado, a aguardente de cana agrega valores entre um mínimo de R\$ 1241,48 no Norte de Minas, chegando a R\$ 7537,96 no Triângulo Mineiro.

Observa-se, portanto, que a iniciativa regional mineira (a qual vem sendo seguida por Pernambuco, que com o apoio do SEBRAE-PE começou recentemente a implementar a Associação Pernambucana de Aguardente de Cana) passa a articular o processo de formação de uma **economia da cachaça** aos moldes das experiências - bem - sucedidas em outras regiões e

países do mundo, particularmente na União Européia, a partir de outros tipos de bebidas - a qual rompe a dicotomia rural-urbano, potencializa a pluriatividade que o setor agrícola permite, incorporando a ele a produção industrial e de serviços e, sobretudo, cria bases para o desenvolvimento de um dos setores que mais vem contribuindo, nesses tempos de globalização, para a geração de novos emprego e crescimento da renda da população em praticamente todas as regiões do mundo, o turismo.

Ao mesmo tempo, com este tipo de promoção, atinge o consumidor externo, criando condições e aberturas para o desenvolvimento de um mercado internacional para a cachaça, o qual apresenta um potencial de crescimento bastante evidente, sobretudo ao verificar-se o pequeno volume que hoje representa na pauta de exportações brasileiras: cerca de USD 5.690,0 mil em 1999, qual seja, menos de 0,1% do volume financeiro total exportado pelo país.

E isto não por falta de uma abertura já existente em nível internacional, em face de projetos privados ou articulados entre as grandes empresas do setor e o governo federal, como é o caso do Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça - PBDAC, iniciado em fins de 1996, cujo objetivo explícito é o de “tornar-se um útil instrumento não só para organizar e orientar o setor de pesquisa, produção e comercialização da aguardente de cana, caninha ou cachaça, como também para carrear prestígio aquele produto, quer no mercado interno, quer no mercado externo” (12).

Além destes Programas, a Universidade Brasileira vem oferecendo suporte técnico necessário para o desenvolvimento desse produto, como o atestam os trabalhos de qualidade que vêm sendo desenvolvidos, por exemplo, em centros de qualidade como os da USP de São Carlos, da UFSCar, em seu campus de Araras, da Universidade Federal de Minas Gerais, em seus campus de Lavras e Viçosa, da UNESP em seu campus de Jaboticabal, para citar apenas aquelas às quais o autor deste artigo teve acesso mais direto.

Mas se este é o quadro no qual o setor desenvolveu-se no decorrer da década de 1990, por que não se encontra mais consolidado de forma a poder-se afirmar a existência da economia da cachaça no Brasil?

Dois são os principais motivos, na concepção do autor, que impedem esta afirmativa: em primeiro lugar a permanente comédia - em geral terminando em tragédia - de erros que a sobreposição institucional

gera no país, consequência da segunda - e esta quiçá a razão mais importante responsável pelo menor ritmo de avanço da consolidação de uma **economia da cachaça** brasileira e que diz respeito ao permanente processo de competição e não cooperação entre as empresas de diferentes portes dentro do setor.

Se as grandes empresas produtoras e engarrafadoras do produto cooperassem de forma mais direta junto ao programa iniciado no Estado de Minas Gerais e acima sumarizado e não viessem a fazer, como o fizeram, um Programa alternativo e, de certo modo, conflitante com a estratégia do primeiro, certamente o início deste novo século XXI abriria um horizonte diferenciado para este segmento já importante, mas potencialmente mais importante ainda da economia do país.

Em novembro de 2000, o governo norte-americano, por meio do *Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms* reclassificou, para fins de importação, a cachaça brasileira como rum, dando uma verdadeira ducha de água fria a todo o esforço de exportação que as empresas brasileiras vinham efetivando a partir da implantação do PBDAC, uma vez que com esta medida a cachaça brasileira passou a sofrer uma sobretaxa alfandegária, tirando-lhe a competitividade em preço que vinha exercendo no mercado norte-americano.

Como afirma Campello (13), a culpa desta ação, contudo, não é do governo norte-americano, mas das próprias instituições brasileiras, sejam governamentais, sejam privadas, uma vez que a criação do PBDAC e a promulgação do Decreto Federal nº 2314, de 4/9/1997, acabaram por criar uma confusão de denominações e de produtos que podem ser considerados iguais à **cachaça** - “a legislação brasileira afirma a possibilidade de existir no mercado - pasmem - 48 diferentes produtos que têm em comum apenas a cana-de-açúcar”.

Este mesmo autor observa que o PBDAC acabou por “não levar em consideração as características culturais, ambientais e processuais das regiões produtoras, as quais conferem especificidades aos produtos, como o faz o francês com respeito ao” terroir “(torrão natal) e não aceita a denominação de origem como fator de diferenciação”. Além disso, observa Campello, “o citado decreto exige que os pequenos alambiques sejam registrados como pessoas jurídicas. Na contraface dessa imposição, a lei das cooperativas, forma de organização que predomina no meio rural” (...), “veda a participação de pessoas jurídicas nos negócios cooperativos. Como os pequenos produtores de cachaça não têm condições de registrar seus

alambiques, prolifera a clandestinidade e se abre uma larga avenida para que a caninha industrial imponha suas regras”.

Ou seja, o temor - não justificado, na medida em que as aguardentes de qualidade não atingem o mercado das aguardentes comerciais, de massa, mas sim os de destilados importados - de perda de parcela, ainda que ínfima, de venda de seus produtos no mercado interno, leva a que as grandes empresas do setor não apenas impeçam o negócio de um conjunto importante de unidades produtivas voltadas para o desenvolvimento de setores multiplicadores de emprego e renda nas mais diferenciadas regiões do país, mas, como um *boomerang*, acabam por fechar, na prática, um mercado que só teria a ganhar espaço em nível internacional.

O Tempora, O Mores.

É esperança do autor que o presente artigo contribua, em alguma medida, para que os atores reais envolvidos no sistema que se tentou examinar, venham a refletir mais profundamente em suas ações, de modo a que se possa ampliar este segmento da economia, o qual poderá contribuir para a melhoria de vida de uma parcela significativa da população brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Rômulo. **Um cálice de história**. Disponível em: <<http://www.cachaça.com.br/frmcachaca.html>>. Acesso em: 26 set. 2007.
- BONANO, Alessandro; MARSDEN, Terry; DA SILVA, José Graziano. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J. S. B. **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Recife: UFPE, 1999. p. 341-366.
- CAMPELLO, Eduardo A P. **Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça – PBDAC**. Disponível em: <<http://www.gazetamercantil.com.br>>. Acesso em: 21 dez. 2000.
- DA SILVA, José Graziano; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 31 mar. 2007.
- DIAMANTI, Ilvo. Localismo. **Rassegna italiana di sociologia**. Bologna: Luglio, 1994. v. 3.
- FERNANDES, José Flôres; CAMPOS, Flavia Rezende; OLIVEIRA, Ivandro Mendes. **A indústria rural e a crise da agricultura mineira: o caso das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha**. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)>. Acesso em: 30 mar. 2007.
- KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.
- MARIGHELLA, Carlos. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil: questão agrária: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção Brasil Estudos).
- MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 22, p. 83-99, abr. 1987.
- PROCANA. **Anuário da cana 1999-2000**. Ribeirão Preto, SP, 2000.